

Sumário

NOTA DA EDITORA	5
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	7
1. COMENTÁRIOS AO ESTATUTO DO DESARMAMENTO – FLÁVIO MARTINS ALVES NUNES JÚNIOR.....	25
1.1 Evolução legislativa	25
1.2 O crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido.....	26
1.2.1 Competência	26
1.2.2 Núcleo do tipo.....	27
1.2.3 Sujeitos ativo e passivo	27
1.2.4 Elemento subjetivo.....	28
1.2.5 Classificação do crime	28
1.2.6 (In)constitucionalidade do crime de posse de munição e acessório.	28
1.2.7 <i>Abolitio Criminis</i> temporária	30
1.3 Omissão de cautela.....	31
1.3.1 Análise do núcleo do tipo	31
1.3.2 Sujeitos ativo e passivo	32
1.3.3 Elemento subjetivo.....	32
1.3.4 Classificação.....	32
1.3.5 Concurso de crimes e conflito aparente de normas.....	32
1.3.6 Menor potencial ofensivo.....	33
1.4 O parágrafo único do art. 13	33
1.4.1 Análise do núcleo do tipo	33
1.4.2 Sujeitos ativo e passivo	33
1.4.3 Elemento subjetivo.....	34
1.4.4 Classificação do crime.....	34

1.5	Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.....	34
1.5.1	Análise do núcleo do tipo	34
1.5.2	Sujeitos ativo e passivo	35
1.5.3	Elemento subjetivo.....	35
1.5.4	Classificação do crime	35
1.5.5	Inconstitucionalidade do parágrafo único	36
1.5.6	Arma desmuniada	36
1.5.7	Arma quebrada ou inapta	38
1.5.8	Porte de munição desarmada ou acessório.....	38
1.5.9	Concurso de crimes	38
1.6	Disparo de arma de fogo.....	41
1.6.1	Análise do tipo penal	41
1.6.2	Elemento subjetivo.....	41
1.6.3	Sujeitos ativo e passivo	42
1.6.4	Classificação.....	43
1.6.5	Inconstitucionalidade do parágrafo único	43
1.7	Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito	43
1.7.1	Análise do tipo penal	43
1.7.2	Sujeitos ativo e passivo	44
1.7.3	Elemento subjetivo do tipo.....	44
1.7.4	Norma penal em branco	44
1.7.5	Classificação do crime	45
1.7.6	Outras modalidades (art. 16, parágrafo único)	45
1.7.6.1	Suprimir ou alterar numeração ou sinal da arma ou artefato (inciso I)	45
1.7.6.2	Modificar as características (inciso II)	46
1.7.6.3	Artefato explosivo ou incendiário (inciso III).....	47
1.7.6.4	Arma com numeração raspada (inciso IV)	47
1.7.6.5	Venda de arma de fogo à criança ou adolescente (inciso V)	47
1.7.6.6	Produzir munição ou explosivo (inciso VI)	48
1.7.7	Inconstitucionalidade da vedação de liberdade provisória..	48
1.8	Comércio ilegal de arma de fogo	48
1.8.1	Análise do tipo penal	48
1.8.2	Sujeitos ativo e passivo	49
1.8.3	Habitualidade	49

1.8.4	Norma penal em branco	49
1.8.5	Classificação do crime	49
1.8.6	Atividade comercial ou industrial por equiparação	50
1.8.7	Inconstitucionalidade da vedação de liberdade provisória..	50
1.9	Tráfico internacional de arma de fogo	50
1.9.1	Análise do tipo penal	50
1.9.2	Sujeitos ativo e passivo	51
1.9.3	Elemento subjetivo do tipo.....	51
1.9.4	Classificação do crime	51
1.9.5	Conflito aparente de normas	51
1.9.6	Competência	51
1.9.7	Inconstitucionalidade da vedação de liberdade provisória..	52
1.10	Causa de aumento de pena (art. 19)	52
1.11	Causa de aumento de pena (art. 20)	52
1.12	Incidência das duas causas de aumento de pena.....	52
1.13	Inconstitucionalidade da vedação de liberdade provisória	53
2.	CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (LEI 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986) – PATRICIA VANZOLINI	55
2.1	Aspectos penais gerais	55
2.1.1	Bem jurídico protegido: sistema financeiro	55
2.1.2	Elemento normativo comum: instituição financeira – art. 1.º da Lei 7.492/1986	57
2.1.2.1	Definição legal	57
2.1.2.2	Especificação do conceito de instituição financeira – art. 1.º da Lei Complementar 105/2001 ..	57
2.1.2.3	Sociedades por ações de forma geral	58
2.1.2.4	União, Estados, Municípios e Distrito Federal	58
2.1.2.5	Investidores individuais	59
2.1.2.6	Entidades de previdência privada	59
2.1.3	Sujeito ativo: responsável legal.....	60
2.1.3.1	Art. 25 e o rol de responsáveis legais	60
2.1.3.2	Art. 25 e crimes comuns	60
2.1.3.3	Art. 25 e presunção de responsabilidade.....	61
2.1.4	Delação premiada	61
2.2	Crimes em espécie	62
2.2.1	Títulos irregulares	62

2.2.1.1	Tipo objetivo	62
2.2.1.2	Tipo subjetivo	63
2.2.1.3	Consumação e tentativa	63
2.2.1.4	Tipo objetivo	63
2.2.1.5	Tipo subjetivo.....	64
2.2.1.6	Consumação e tentativa	64
2.2.2	Divulgação de informação falsa ou prejudicial	64
2.2.2.1	Tipo objetivo	64
2.2.2.2	Tipo subjetivo	65
2.2.2.3	Consumação e tentativa	65
2.2.3	Gestão fraudulenta.....	66
2.2.3.1	Tipo objetivo	66
2.2.3.2	Tipo subjetivo.....	71
2.2.3.3	Consumação e tentativa	71
2.2.4	Gestão temerária.....	72
2.2.4.1	Tipo objetivo	72
2.2.4.2	Tipo subjetivo.....	76
2.2.4.3	Consumação e tentativa	77
2.2.5	Apropriação indébita financeira.....	77
2.2.5.1	Tipo objetivo	78
2.2.5.2	Tipo subjetivo	79
2.2.5.3	Consumação e tentativa	79
2.2.5.4	Tipo objetivo	79
2.2.5.5	Tipo subjetivo	80
2.2.5.6	Consumação e tentativa	80
2.2.6	Falsa informação	80
2.2.6.1	Tipo objetivo	80
2.2.6.2	Tipo subjetivo.....	83
2.2.6.3	Consumação e tentativa	83
2.2.7	Títulos ou valores mobiliários fraudulentos	83
2.2.7.1	Tipo objetivo	83
2.2.7.2	Tipo subjetivo.....	86
2.2.7.3	Consumação e tentativa	86
2.2.8	Extorsão financeira.....	86
2.2.8.1	Tipo objetivo	86
2.2.8.2	Tipo subjetivo.....	88

2.2.8.3	Consumação e tentativa	88
2.2.9	Falsidade ideológica financeira	88
2.2.9.1	Tipo objetivo	88
2.2.9.2	Tipo subjetivo.....	89
2.2.9.3	Consumação e tentativa	89
2.2.10	Falsidade dos demonstrativos contábeis.....	90
2.2.10.1	Tipo objetivo	90
2.2.10.2	Tipo subjetivo.....	91
2.2.10.3	Consumação e tentativa	91
2.2.11	Contabilidade paralela.....	92
2.2.11.1	Tipo objetivo	92
2.2.11.2	Tipo subjetivo.....	93
2.2.11.3	Consumação e tentativa.	93
2.2.12	Sonegação de informações às autoridades	93
2.2.12.1	Tipo objetivo	93
2.2.12.2	Tipo subjetivo.....	95
2.2.12.3	Consumação e tentativa	95
2.2.13	Desvio de bens	96
2.2.13.1	Tipo objetivo	96
2.2.13.2	Tipo subjetivo.....	99
2.2.13.3	Consumação e tentativa	99
2.2.14	Habilitação ilegal de crédito.....	99
2.2.14.1	Tipo objetivo	100
2.2.14.2	Tipo subjetivo.....	101
2.2.14.3	Consumação e tentativa	101
2.2.14.4	Tipo objetivo	101
2.2.14.5	Tipo subjetivo.....	102
2.2.14.6	Consumação e tentativa	102
2.2.15	Falsa manifestação de interventor, liquidante ou síndico... ..	102
2.2.15.1	Tipo objetivo	102
2.2.15.2	Tipo subjetivo.....	104
2.2.15.3	Consumação e tentativa	104
2.2.16	Operação ilegal de instituição financeira	104
2.2.16.1	Tipo objetivo	104
2.2.16.2	Tipo subjetivo.....	108
2.2.16.3	Consumação e tentativa	108

2.2.17	Concessão de empréstimos ou adiantamento ilegais	109
2.2.17.1	Tipo objetivo	109
2.2.17.2	Tipo subjetivo.....	114
2.2.17.3	Consumação e tentativa	114
2.2.17.4	Tipo objetivo.....	114
2.2.17.5	Tipo subjetivo.....	115
2.2.17.6	Consumação e tentativa	115
2.2.17.7	Tipo objetivo	115
2.2.17.8	Tipo subjetivo.....	117
2.2.17.9	Consumação e tentativa	117
2.2.18	Violação de sigilo financeiro.....	117
2.2.18.1	Tipo objetivo	117
2.2.18.2	Tipo subjetivo.....	119
2.2.18.3	Consumação e tentativa	119
2.2.19	Obtenção fraudulenta da financiamento	119
2.2.19.1	Tipo objetivo	119
2.2.19.2	Tipo subjetivo.....	121
2.2.19.3	Consumação e tentativa	121
2.2.19.4	Causa de aumento de pena	121
2.2.20	Aplicação indevida de financiamento	122
2.2.20.1	Tipo objetivo	122
2.2.20.2	Tipo subjetivo.....	123
2.2.20.3	Consumação e tentativa	124
2.2.21	Falsa identidade	124
2.2.21.1	Tipo objetivo	124
2.2.21.2	Tipo subjetivo.....	125
2.2.21.3	Consumação e tentativa	125
2.2.21.4	Tipo objetivo	125
2.2.21.5	Tipo subjetivo.....	126
2.2.21.6	Consumação e tentativa	126
2.2.22	Evasão de divisas	126
2.2.22.1	Tipo objetivo	126
2.2.22.2	Tipo subjetivo.....	127
2.2.22.3	Consumação e tentativa	129
2.2.22.4	Tipo objetivo	130
2.2.22.5	Tipo subjetivo.....	133

2.2.22.6	Consumação e tentativa	133
2.2.23	Prevaricação financeira.....	133
2.2.23.1	Tipo objetivo	133
2.2.23.2	Tipo subjetivo.....	134
2.2.23.3	Consumação e tentativa	134
2.3	Aspectos processuais.....	134
2.3.1	Competência	134
2.3.2	Assistente da acusação	135
2.3.3	Inércia do MP	135
2.3.4	Prisão preventiva.....	135
2.3.5	Fiança e prisão para apelar	136
3.	CRIMES HEDIONDOS (LEI 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990) – PAULO HENRIQUE ARANDA FULLER	137
3.1	Considerações iniciais.....	137
3.2	O rol legal de crimes hediondos (art. 1.º da Lei 8.072/1990).....	138
3.2.1	Homicídio (inciso I)	138
3.2.1.1	Homicídio simples praticado em atividade típica de grupo de extermínio (art. 1.º, I, primeira parte)	138
3.2.1.2	Homicídio qualificado (art. 1.º, I, in fine)	140
3.2.2	Latrocínio (art. 1.º, II)	141
3.2.3	Extorsão qualificada pela morte (art. 1.º, III)	141
3.2.4	Extorsão mediante sequestro e na forma qualificada (art. 1.º, IV)	142
3.2.5	Estupro e estupro de vulnerável (art. 1.º, V e VI)	142
3.2.6	Epidemia com resultado morte (art. 1.º, VII)	142
3.2.7	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 1.º, VII-B)	142
3.2.8	Genocídio (art. 1.º, parágrafo único)	142
3.3	Crimes (constitucionalmente) equiparados ou assemelhados a hediondos.....	143
3.3.1	Tortura	143
3.3.2	Tráfico de drogas	144
3.3.3	Terrorismo.....	146
3.4	Aspectos penais e processuais penais (art. 2.º da lei 8.072/1990) ...	146
3.4.1	Anistia, graça e indulto (inciso I)	146

3.4.1.1	Tortura: ausência de proibição legal de indulto (art. 1.º, § 6.º, da Lei 9.455/1997).....	148
3.4.1.2	Lei de Drogas.....	148
3.4.2	Fiança (inciso II).....	149
3.4.2.1	Lei de Tortura	151
3.4.2.2	Lei de Drogas.....	151
3.4.3	Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade (§ 1.º)	152
3.4.3.1	Lei de Tortura	152
3.4.4	Progressão do regime de cumprimento da pena privativa de liberdade (§ 2.º).....	153
3.4.5	Direito de recorrer em liberdade (§ 3.º).....	155
3.4.5.1	Lei de Drogas.....	155
3.4.6	Prisão temporária (§ 4.º).....	156
3.4.7	Substituição por penas restritivas de direitos	156
3.4.7.1	Lei de Drogas.....	157
3.4.8	Suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>).....	158
3.4.8.1	Lei de Drogas.....	159
3.4.9	Livramento condicional (art. 83, V, do CP)	159
3.4.9.1	Lei de Drogas.....	160
3.5	Quadrilha ou bando especial (art. 8.º).....	160
3.5.1	Concurso aparente de normas.....	162
3.5.2	Delação premiada: desmantelamento da quadrilha ou bando (art. 8.º, parágrafo único).....	163
3.5.2.1	Alcance da delação premiada	164
3.6	Revogação tácita da causa especial de aumento de pena (art. 9.º)..	164
4.	INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA (LEI 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996) – GUILHERME MADEIRA DEZEM.....	167
4.1	Premissas conceituais.....	167
4.2	Cabimento constitucional e âmbito de incidência.....	168
4.2.1	Utilização como prova emprestada.....	170
4.2.2	Captação de fluxo de dados.....	171
4.2.3	Encontro fortuito de provas	172
4.3	Cabimento na Lei 9.296/1996 – art. 2.º.....	172
4.3.1	Interceptação telefônica e advogado.....	175
4.4	Legitimidade	176

4.5	Prazo da interceptação telefônica.....	177
4.6	Procedimentos e operacionalização da medida	179
4.6.1	Degração integral da conversa.....	181
4.6.2	Necessidade de perícia para demonstração da idoneidade do material	182
4.6.3	Perícia. Identificação das vozes. Desnecessidade.....	182
4.6.4	Falta de assinatura nas transcrições	182
4.7	O crime do art. 10	182
5.	LEI DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (LEI 9.034, DE 3 DE MAIO DE 1995) – GUILHERME MADEIRA DEZEM	191
5.1	Conceito de organização criminosa	191
5.2	Dos meios de probatórios previstos na lei do crime organizado	196
5.3	A questão do sigilo e as inconstitucionalidades da lei	201
5.4	A identificação criminal	203
5.5	Delação premiada.....	204
5.6	Medidas cautelares pessoais	205
5.7	Direito de apelar em liberdade.....	207
5.8	Regime inicial fechado.....	207
6.	LEI DE DROGAS (LEI 11.343, DE 26 DE AGOSTO DE 2006) – GUSTAVO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA	209
6.1	Considerações preliminares	214
6.1.1	Terminologia.....	215
6.1.2	Lei penal em branco	215
6.2	Natureza Jurídica do art. 28	217
6.2.1	Inconstitucionalidade da criminalização do porte de drogas para uso próprio	218
6.2.2	Aplicação das penas	219
6.2.3	Aplicação cumulativa/alternativa	219
6.2.4	Possibilidade de substituição.....	219
6.2.5	Descarcerização	220
6.2.6	Medidas coercitivas	220
6.2.7	Verbos	221
6.2.8	Uso de droga	221
6.2.9	Elemento subjetivo.....	221
6.2.10	Concurso de Crimes.....	222

6.2.11	Conduta equiparada	222
6.2.12	Insignificância.....	222
6.2.13	Prescrição	223
6.3	Tráfico de drogas.....	224
6.3.1	Prática de vários verbos	224
6.3.2	Insignificância do tráfico.....	225
6.3.3	Crime equiparado a hediondo	225
6.3.4	Efeitos da retirada da substância do rol de substâncias consideradas drogas.....	225
6.3.5	Condutas equiparadas.....	225
6.3.6	Inciso I – Matéria-prima, insumos e produtos químicos.....	226
6.3.7	Inciso II – Cultivo e preparação da terra	226
6.3.8	Utilização de local ou consentimento.....	226
6.3.9	Colaboração no uso de drogas por terceiro.....	227
6.3.10	Concurso de crimes	227
6.3.11	Uso compartilhado ou uso conjunto	228
6.3.12	Pena.....	229
6.3.13	Causa de diminuição de pena no tráfico	229
6.3.13.1	Orientação político-criminal	229
6.3.13.2	Requisitos	229
6.3.13.3	Conversão da pena em restritiva de direitos	230
6.3.13.4	Crêterios para redução de pena	230
6.3.13.5	Possibilidade de aplicação da causa de redução aos fatos anteriores à vigência da Lei 11.343/2006	231
6.3.14	Causa de diminuição x privilégio x diminuição de pena ...	231
6.3.15	Regime inicial fechado	231
6.4	Instrumentos destinados à produção de drogas	232
6.4.1	Justificativa da punição	232
6.4.2	Aparelhos e instrumentos.....	233
6.5	Associação ao tráfico	233
6.5.1	Comparação com o crime de quadrilha (art. 288 do CP)...	233
6.5.2	Quadro comparativo	234
6.5.3	Crime não equiparado a hediondo.....	234
6.5.4	Associação ao financiamento.....	234
6.6	Financiamento de tráfico de drogas.....	235
6.6.1	Orientação político-criminal.....	235

6.6.2	Comentários gerais	235
6.6.3	Compatibilidade com a causa de aumento	235
6.7	Colaboração como informante	236
6.7.1	Desproporcionalidade da pena	237
6.7.2	Concurso de crimes	238
6.8	Prescrever ou ministrar culposamente	238
6.8.1	Formas de quebra de cuidado no art. 38	238
6.8.2	Sujeito ativo	239
6.8.3	Consumação e tentativa	239
6.9	Condução de embarcação ou aeronave após o consumo de drogas	239
6.9.1	Penas	240
6.10	Causas de aumento de pena	240
6.10.1	Peculiaridades da causa de aumento do inciso III do art. 40	242
6.11	Delação eficaz	243
6.12	Circunstâncias judiciais na fixação da pena	244
6.13	Fixação da pena de multa	244
6.14	Restrições do art. 44	245
6.14.1	Inafiançabilidade	245
6.14.2	<i>Sursis</i>	246
6.14.3	Anistia, graça e indulto	246
6.14.4	Liberdade provisória	246
6.14.5	Conversão da pena em restritiva de direitos	247
6.14.6	Livramento Condicional	247
6.15	Isenção de pena	248
6.15.1	Tratamento médico	249
6.15.2	Uso de drogas e <i>actio libera in causa</i>	249
6.16	Procedimento nos crimes do art. 28 da Lei 11.343/2006	251
6.16.1	Descarcerização	251
6.16.2	Procedimento	252
6.16.3	Transação penal	252
6.16.4	Imediatidade	252
6.16.5	Condução e prisão em flagrante	252
6.16.6	Nova transação	252
6.17	Procedimento – Tráfico de drogas	253

6.17.1	Prova da materialidade	254
6.17.2	Procedimentos investigativos especiais: entrega vigiada e infiltração de agentes	256
6.17.2.1	Entrega vigiada.....	256
6.17.2.2	Infiltração de agentes	256
6.17.3	Denúncia e defesa prévia.....	258
6.17.3.1	Defesa prévia, resposta à acusação e absolvição sumária	259
6.17.4	Diligências	259
6.17.5	Recebimento da denúncia	260
6.17.5.1	Afastamento cautelar.....	260
6.17.6	Audiência de instrução e julgamento	260
6.17.7	Recolhimento à prisão e poder de recorrer do acusado.....	261
7.	LEI DE TORTURA (LEI 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997) – FLÁVIO MARTINS ALVES NUNES JÚNIOR	267
7.1	Previsão constitucional	267
7.1.1	Inafiançabilidade	267
7.1.2	Vedação constitucional à anistia	269
7.1.3	Vedação constitucional à graça.....	270
7.1.4	Tortura é um crime imprescritível?	271
7.2	Evolução normativa do crime de tortura	273
7.3	Conceito de Tortura	274
7.4	Competência.....	275
7.5	Tortura para obtenção de informação, declaração ou confissão (“Tortura-Prova”)	275
7.5.1	O núcleo do tipo	275
7.5.2	Violência e grave ameaça	276
7.5.3	Objeto jurídico	276
7.5.4	Elemento subjetivo do tipo.....	276
7.5.5	Prova obtida mediante tortura	276
7.5.6	Sujeitos ativo e passivo	276
7.5.7	Prova da materialidade	277
7.6	Tortura como coação moral irresistível	277
7.6.1	O núcleo do tipo	277
7.6.2	Violência e grave ameaça	278
7.6.3	Objeto jurídico	278

7.6.4	Elemento subjetivo do tipo.....	278
7.6.5	Sujeitos ativo e passivo	278
7.6.6	A coação moral irresistível.....	278
7.7	Tortura por discriminação racial ou religiosa.....	279
7.7.1	O núcleo do tipo	279
7.7.2	Objeto jurídico	280
7.7.3	Elemento subjetivo do tipo.....	280
7.7.4	Sujeitos ativo e passivo	280
7.7.5	Classificação.....	280
7.8	“Tortura-castigo”	281
7.8.1	Núcleo do tipo.....	281
7.8.2	Objeto jurídico	281
7.8.3	Elemento subjetivo do tipo.....	281
7.8.4	Intenso sofrimento físico ou mental.....	281
7.8.5	Sujeitos ativo e passivo	282
7.8.6	Classificação.....	282
7.9	Tortura de pessoa presa	283
7.9.1	Núcleo do tipo.....	283
7.9.2	Sujeitos ativo e passivo	283
7.9.3	Concurso de crimes	284
7.9.4	Objeto jurídico	284
7.10	Tortura por omissão.....	284
7.10.1	Núcleo do tipo.....	284
7.10.2	Sujeitos ativo e passivo	285
7.10.3	Objeto jurídico	285
7.10.4	Elemento subjetivo do tipo.....	285
7.10.5	Não aplicação do art. 13, § 2.º, do CP.....	285
7.11	Tortura qualificada	286
7.11.1	Crime qualificado pelo resultado ou preterdoloso?	286
7.11.2	Não aplicação à modalidade omissiva.....	286
7.12	Causas de aumento de pena.....	287
7.12	Efeitos da sentença condenatória	288
7.13	Regime inicialmente fechado	288
7.14	Extraterritorialidade.....	289
7.15	Revogação do art. 233 do ECA.....	290

8. CRIMES DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – GUSTAVO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA	291
8.1 Inspiração político-criminal	291
8.1.1 Crítica.....	291
8.2 Disposições gerais.....	292
8.3 Suspensão da habilitação	293
8.3.1 Suspensão cautelar do direito de dirigir	294
8.3.2 Reincidência específica e suspensão do direito de dirigir..	295
8.4 Multa reparatória	296
8.5 Agravantes específicas.....	296
8.6 Influência da prestação de socorro à vítima	299
8.7 Crimes previstos no código de trânsito brasileiro.....	300
8.7.1 Homicídio culposo	300
8.7.1.1 Polêmica	300
8.7.1.2 Questões processuais	301
8.7.1.3 Competência	301
8.7.1.4 Causas de aumento de pena.....	301
8.7.1.5 Perdão Judicial	304
8.7.2 Lesão corporal	304
8.7.2.1 Comentários gerais.....	304
8.7.2.2 Pena desproporcional.....	304
8.7.2.3 Questões processuais	304
8.7.3 Omissão de socorro	305
8.7.3.1 Comentários gerais.....	305
8.7.3.2 Morte imediata.....	306
8.7.3.3 Questões processuais	306
8.7.4 Afastar-se do local de acidente.....	306
8.7.4.1 Comentários gerais.....	306
8.7.4.2 Questões processuais	307
8.7.5 Conduzir veículo em estado de embriaguez	307
8.7.5.1 Comentários gerais.....	307
8.7.5.2 Questões processuais.....	307
8.7.5.3 Prova da embriaguez.....	307
8.7.5.4 Jurisprudência do STF: embriaguez e culpa.....	308
8.7.6 Violar suspensão ou proibição de se obter permissão ou habilitação para dirigir.....	308

8.7.6.1	Comentários gerais.....	308
8.7.6.2	Conduta equiparada.....	309
8.7.6.3	Questões processuais	309
8.7.7	Participação em competição automobilística em via pública	309
8.7.7.1	Comentários gerais.....	309
8.7.7.2	Jurisprudência do STF: “racha” e o dolo eventual	310
8.7.7.3	Questões processuais	310
8.7.7.4	Competência.....	311
8.7.8	Dirigir veículo automotor sem a devida permissão ou habilitação.....	11
8.7.8.1	Lesão corporal impunível e condução sem habilitação.....	312
8.7.8.2	Concurso de crimes	313
8.7.8.3	Questões processuais	313
8.7.9	Entregar a direção a pessoa sem condições ou sem habilitação.....	313
8.7.9.1	Comentários gerais.....	313
8.7.9.2	Questões processuais	314
8.7.10	Trafegar em velocidade incompatível.....	314
8.7.10.1	Comentários gerais.....	314
8.7.10.2	Questões processuais	315
8.7.11	Fraude processual	315
9.	LEI DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU FAMILIAR CONTRA A MULHER (LEI 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006) – PAULO HENRIQUE ARANDA FULLER	317
9.1	Considerações iniciais (arts. 1.º a 4.º)	317
9.2	Âmbito de incidência da Lei 11.340/2006 (arts. 5.º a 7.º).....	318
9.2.1	Formas de “violência” (arts. 5.º, <i>caput</i> , e 7.º)	320
9.2.1.1	Violência física (art. 7.º, I)	320
9.2.1.2	Violência psicológica (art. 7.º, II).....	321
9.2.1.3	Violência sexual (art. 7.º, III).....	321
9.2.1.4	Violência patrimonial (art. 7.º, IV)	322
9.2.1.5	Violência moral (art. 7.º, V)	323
9.2.2	Conduta culposa.....	323
9.2.3	Situações legais de vulnerabilidade (art. 5.º)	324

9.2.3.1	Ambiente doméstico (inc. I)	324
9.2.3.2	Âmbito familiar (inc. II)	325
9.2.3.3	Relação íntima de afeto (inc. III).....	326
9.2.3.4	Orientação sexual (parágrafo único).....	328
9.2.4	Sujeito passivo: mulher	328
9.2.5	Sujeito ativo comum	329
9.3	Procedimento de investigação policial (arts. 10 a 12).....	329
9.3.1	Laudos ou prontuários médicos como “meios de prova” (art. 12, § 3.º).....	331
9.4	Regras especiais de competência (arts. 6.º, 14, <i>caput</i> , e 33, <i>caput</i>)	332
9.4.1	Competência de Justiça.....	332
9.4.2	Competência de juízo (ou de vara).....	332
9.4.2.1	Peculiaridades da Lei de Organização Judiciária local.....	333
9.5	As medidas protetivas de urgência (arts. 18 a 24)	335
9.5.1	As medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor (art. 22)	336
9.5.2	As medidas protetivas de urgência que tutelam a ofendida (arts. 23 e 24).....	338
9.6	Prisão preventiva (art. 313, III, do CPP)	338
9.6.1	Possibilidade de decretação <i>ex officio</i> durante a fase de investigação criminal (art. 20)	339
9.7	Assistência e comunicação dos atos à mulher em situação de vio- lência doméstica ou familiar (arts. 9.º e 21).....	340
9.8	“Renúncia” ao direito de representação (art. 16)	340
9.8.1	Procedimento e limite temporal	341
9.9	Proibição da aplicação de pena de prestação pecuniária e de multa isolada (art. 17)	344
9.10	Inaplicabilidade da Lei 9.099/1995 (art. 41).....	346
9.10.1	Lesão corporal praticada com violência doméstica ou fa- miliar contra a mulher: ação penal pública incondiciona- da e proibição da suspensão condicional do processo	347
9.11	Vigência da Lei 11.340/2006 (art. 46)	348
BIBLIOGRAFIA.....		349